

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.412.205 - RS (2018/0324361-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **EDUARDO SILVA PEREIRA**
ADVOGADOS : **DEIVTI DIMITRIOS PORTO DOS SANTOS - RS048951**
FABIANO GARCIA SEVERGNINI - RS053636
IVI ANDRÉIA PORTO DOS SANTOS - RS073260
DÚNIA DE OLIVEIRA BARBOSA - RS093291
AGRAVADO : **CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE PORTO ALEGRE**
ADVOGADO : **FERNANDO SMITH FABRIS - RS031021**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por EDUARDO SILVA PEREIRA contra decisão que não admitiu o recurso especial, fundado na alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, que desafiou acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 144):

ACÇÃO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO. INSCRIÇÃO DO DEVEDOR EM CADASTROS DE INADIMPLENTES. CASO CONCRETO. MATÉRIA DE FATO. REMESSA DA NOTIFICAÇÃO PRÉVIA COMPROVADA. Os documentos acostados denotam a remessa de notificação acerca de parte dos débitos, sendo despicienda prova de seu recebimento. Exige-se, tão somente, que a notificação se dê por escrito, comprovando o órgão cadastral sua emissão prévia para o endereço fornecido pelo credor associado. Não há obrigação legal da entidade cadastral de cientificar por meio de aviso recebimento, nem de verificar se o notificado ainda reside no endereço, cabendo-lhe apenas comprovar que enviou a notificação, o que ocorreu no caso vertente. Incidência da Súmula 404 do STJ. Apelo provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 157-161).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 165-173), o recorrente apontou violação aos arts. 489, § 1º, I, IV e V, e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentou, em síntese, que o acórdão recorrido foi omissivo no que tange à ausência de informação essencial nos documentos remetidos à parte autora. Aduziu que

nos citados documentos não havia referência a qual registro referia-se a notificação. Alegou ausência de fundamentação no acórdão.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 178-182).

Juízo de admissibilidade negativo (e-STJ, fls. 184-191).

Brevemente relatado, decido.

O Tribunal de origem, ao julgar o recurso de apelação, consignou o seguinte (e-STJ, fls. 146-147):

Os documentos acostados às fls. 30-35 e 66-84 denotam a existência de remessa de notificação acerca dos débitos constantes no extrato juntado na fl. 11, sendo despicienda prova de seu recebimento.

Exige-se, tão somente, que a notificação se dê por escrito, comprovando o órgão cadastral sua emissão prévia para o endereço fornecido pelo credor associado. Não há obrigação legal da entidade cadastral de cientificar por meio de aviso recebimento, nem de verificar se o notificado ainda reside no endereço, cabendo-lhe apenas comprovar que enviou a notificação, o que ocorreu no caso vertente.

Essa prova é válida e capaz de demonstrar a notificação prévia e afastar o direito à condenação por danos morais.

Nesse sentido é o entendimento sedimentado pela Súmula n.

404 do STJ: "É dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negatização de seu nome em bancos de dados e cadastros".

Portanto, impõe-se a reforma da sentença.

Ao julgar os embargos de declaração, firmou o seguinte (e-STJ, fl. 160):

Acrescento que a notificação acerca da Telefônica Brasil S.A. está devidamente colacionada à fl. 68, haja vista que Vivo S.A. é a denominação da Telefônica Brasil após os diversos grupamentos acionários ocorridos ao longo do tempo. Além disso, basta observar que o valor constante na missiva da fl. 68 é o mesmo constante no extrato que acompanha a exordial.

Ao julgador cabe expor a sua compreensão acerca do tema e proceder à correspondente fundamentação segundo o art. 93 da Constituição Federal, o que ocorreu na espécie.

Cumprasseverar que o acórdão recorrido apreciou fundamentadamente a controvérsia dos autos, decidindo, apenas, de forma contrária à pretensão do recorrente, não havendo, portanto, omissão ensejadora de oposição de embargos de declaração, pelo que deve ser rejeitada a alegação de violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

